

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES
COMUNICAÇÃO VISUAL DESIGN

IGOR DEFÁVERI DO CARMO VIEIRA

**VISUALIZANDO DADOS DE HOMICÍDIOS
LGBTQ+ NO BRASIL**

RIO DE JANEIRO
2019

IGOR DEFÁVERI DO CARMO VIEIRA

**VISUALIZANDO DADOS DE HOMICÍDIOS
LGBTQ+ NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Visual Design.

Orientadora: Doris Kosminsky

Rio de Janeiro
2019

Agradecimentos

Agradeço à orientadora Doris Kosminsky por sua paciência, insistência, esforço e motivação.

Agradeço ao Grupo Gay da Bahia por fazerem um trabalho extraordinário e por me cederem acesso a este trabalho.

Agradeço à Victória Sacagami e à Marcela Mothé pelos feedbacks e conversas durante a orientação.

Agradeço ao Thiago Valente pela ajuda com o mock-up e pelos feedbacks

Depoimento pessoal

Sou gay. Sabia disso desde bem cedo. Desde bem cedo também sabia que minha cidade no interior, de apenas 18 mil habitantes, não era o lugar onde eu queria viver. Aos 15 anos passei a estudar em uma cidade vizinha, maior. Aos 18, me mudei para o Rio de Janeiro para estudar na UFRJ. Tudo o que eu não pude viver em minha adolescência e infância enrustidas, quis gritar aos quatro cantos da cidade grande, onde não haviam parentes, amigos ou conhecidos que poderiam se magoar com minha vontade de saber mais sobre mim. Meus novos amigos falavam, cheios de esclarecimento, sobre a cidade, relacionamentos e sexo e eu sentia inveja de todo o tempo que eles tiveram para construir suas opiniões e experiências, o que eu não tive. Pinte as unhas de vermelho, deixei o cabelo crescer e usei roupas curtas e brilhantes. Apanhei a primeira vez em uma praça à noite, em Niterói (cidade vizinha ao Rio de Janeiro). Tomei uns tapas na cara alguns meses depois em um bar na Tijuca, bairro da zona norte. Fui expulso aos gritos e ameaças de um posto de gasolina perto de casa. Essas violências, entre outras menores, me disseram que eu ainda não podia ser o que quer que eu estava começando a entender que seria. Outros sentiam os mesmos medos que eu. Passei a frequentar apenas lugares que considerava seguros, fazer rotas planejadas para ir para o trabalho e para a faculdade, e passei a evitar andar sozinho. Ainda vivo assim. Espero que este trabalho seja um pequeno passo dos vários necessários em direção à uma sociedade mais consciente, justa e inclusiva.

Resumo

Utilizando dos recursos de visualização de dados e da metodologia sugerida por Ben Fry em *Computational Information Design*, este trabalho apresenta informações e reflexões urgentes sobre os homicídios de pessoas LGBTQ+ no Brasil - país que mais mata LGBTQs no mundo há 3 anos consecutivos e que totaliza metade dos assassinatos a transgêneros do mundo.

Palavras-chave

visualização de dados, lgbtq+, violência, homofobia

Abstract

By utilizing data visualization resources and the methodology suggested by Ben Fry on his PhD - Computational Information Design -, this project displays urgent information and reflexions about homicides of LGBTQ+ people in Brazil - the country that leads the ranking of LGBTQ+ murders and totalizes half of all transgender homicides of the world.

Keywords

data visualization, lgbtq+, violence,
homophobia

Lista de Ilustrações

- Imagem 1** Jogo de palavras sobre humanismo de dados, por Giorgia Lupi (2017)
- Imagem 2** Captura de tela do site <http://www.equaldex.com/> (captura realizada em Junho de 2019)
- Imagem 3** Captura de tela do site <http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-28-anos-de-combate-ao-preconceito/> (captura realizada em Junho de 2019)
- Imagem 4** Captura de tela do site <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/06/the-journey-of-plastic-around-the-globe> (captura realizada em Junho de 2019)
- Imagem 5** Captura de tela do site <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/06/the-journey-of-plastic-around-the-globe> (captura realizada em Junho de 2019)
- Imagem 6** Captura de tela do site <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/06/the-journey-of-plastic-around-the-globe> (captura realizada em Junho de 2019)
- Imagem 7** Diagrama de metodologia (*Computational Information Design*, 2005)
- Imagem 8** Exemplos de teste de visualizações (feitos pelo autor no Data Studio)
- Imagem 9** Exemplo de mineração (feitos pelo autor no Data Studio)
- Imagem 10** Estrutura/layout (feito pelo autor)
- Imagem 11** Movimento da caixa de diálogo sobre a visualização (feito pelo autor)
- Imagem 12** Proposta inicial de superfície (feito pelo autor)
- Imagem 13** Cores utilizadas na Identidade Visual (feito pelo autor)
- Imagem 14** Identidade Visual (feito pelo autor)
- Imagem 15** Mapa “LGBTQ+ pelo mundo” (feito pelo autor)
- Imagem 16** Demonstração de navegação pela barra de rolagem (feito pelo autor)
- Imagem 17** Demonstração de navegação pela barra de rolagem (feito pelo autor)
- Imagem 18** Demonstração de navegação pela barra de rolagem (feito pelo autor)
- Imagem 19** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 20** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 21** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 22** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 23** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 24** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 25** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 26** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 27** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 28** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 29** Resultado final (feito pelo autor)
- Imagem 30** Resultado final (feito pelo autor)

- Imagem 31** Resultado final estático (feito pelo autor)
- Imagem 32** Resultado final estático (feito pelo autor)
- Imagem 33** Resultado final estático (feito pelo autor)
- Imagem 34** Resultado final em movimento. Detalhe de transição entre telas (feito pelo autor)
- Imagem 35** Resultado final em movimento. Detalhe de transição na mesma tela (feito pelo autor)
- Imagem 36** Resultado final em movimento. Detalhe de transição entre telas (feito pelo autor)

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Motivação	10
1.2 LGBTQ+	12
1.2.1 Significado	13
1.2.2 Breve histórico do movimento LGBTQ+ no Brasil	14
1.3 Fundamentação Teórica	15
1.4 Referência - análise de similares	22
1.4.1 Equaldex	22
1.4.2 Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil	23
1.4.3 Plastic - National Geographics	24
2 DESENVOLVIMENTO	26
2.1 Aquisição	26
2.1.1 Text Mining	27
2.1.1 ILGA	27
2.1.1 Disque 100	28
2.1.1 Grupo Gay da Bahia	28
2.2 Análise	29
2.3 Filtragem	30
2.4 Mineração	30
2.5 Representação	31
2.5.1 Estratégia	32
2.5.2 Escopo	33
2.5.3 Estrutura	33
2.5.4 Esqueleto	34
2.5.5 Superfície	34
2.5.6 Identidade Visual	35
2.6 Refinamento	37
2.7 Interação	39
3 RESULTADO	40
4 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	50

1. Introdução

Em 2016, uma publicação feita pelo Grupo Gay da Bahia lista uma série de violentos homicídios sofridos por pessoas Lésbicas Gays Bissexuais Transgêneros Travestis e Queers¹ no Brasil, chamando a atenção internacional e buscando fazer com que grandes órgãos humanitários como a Organização das Nações Unidas e *International Lesbian and Gay Association* endossassem e reconhecessem o relatório como oficial. Isso levou a reconhecer o Brasil como país que mais mata LGBTQ+ no mundo, com exceção de países onde ser homossexual ou trans ainda é crime e, portanto, não existem dados para comparação. Este trabalho tem como objetivo geral aprofundar a discussão sobre a violência sofrida pela comunidade LGBTQ+ no Brasil em 2016, 2017 e 2018.

Baseado nos textos “Dados que faltam” de Mimi Onuoha, “Humanismo de dados” de Giorgia Lupi e na metodologia proposta por Benjamin Fry no artigo “*Computation Information Design*”, este texto estrutura o estudo na realização de um site com visualizações e textos sobre assassinatos de membros da comunidade LGBTQ+ nos últimos anos.

Este projeto ainda visa o exercício de realização de uma visualização de dados em todos seus processos, desde a coleta à interatividade, propondo a prática de explorar relações entre o Design de Informação e a sociedade.

Ressalto aqui que, desde o início do projeto, tomei a decisão de, por se tratar de um assunto de extrema sensibilidade, não abordar qualquer aspecto da comunicação (estético ou verbal) com sensacionalismo, crueldade ou falta de respeito para com as pessoas que infelizmente viraram estatística e seus respectivos familiares e amigos.

¹ LGBT é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Em uso desde os anos 1990, o termo é uma adaptação de LGB, que era utilizado para substituir o termo gay para se referir à comunidade LGBT no fim da década de 1980. A partir de 2010 o termo LGBTQ+ passa a ser adotado, acrescentando o Queer e mais identificações. (OK2BME, 2019).

1.1 Motivação

Além de minha própria experiência e percepção como gay no Brasil, uma onda de conservadorismo crescente em redes sociais e manchetes de jornais apontam um grande número de ataques contra minorias de um modo geral e especialmente violentos contra a comunidade LGBTQ+.

O Brasil totaliza metade dos homicídios transfóbicos do mundo de acordo com o relatório de diversas agências internacionais como a Transgender Europe e Trans Respect Versus Transphobia Worldwide.

De acordo com o último relatório da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais), o Brasil ocupa o primeiro lugar em homicídios de LGBTs nas Américas, com 340 mortes por motivação homofóbica em 2016 - o GGB conta 343. O grupo estima que 144 desses homicídios sejam de travestis e transexuais. Apesar de questionável devido à falta de monitoramento em países onde a homossexualidade é criminalizada, como Guiana e Barbados, e pela escassez de pesquisas oficiais por parte dos países, o dado sobre homicídios trans é destaque deste relatório, que embasa as discussões da ONU sobre o tema e é lançado todos os anos no Dia Mundial Contra a Homofobia.

Os registros do GGB, colhidos a partir de notícias publicadas na imprensa e em redes sociais, revelam ainda que os assassinatos envolvem vários tiros de arma de fogo, múltiplas facadas e espancamento com pedras e pauladas.

Em 2017, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortos em crimes motivados por homofobia. O número representa uma vítima a cada 19 horas. O dado está em levantamento realizado pelo GGB, que neste ano registrou o maior número de casos de morte relacionados à homofobia desde que o monitoramento anual começou a ser elaborado pela entidade, há 38 anos.

1.2 LGBTQ+

A sigla tornou-se popular como uma autodesignação; tem sido adotado pela maioria dos centros comunitários sobre sexualidade e gênero e em meios de comunicação nos Estados Unidos, bem como alguns outros países de anglófonos. O termo é usado também em alguns outros países, particularmente naqueles cujos idiomas usam acrônimos, tais como Argentina, Brasil, França e Turquia.

A sigla LGBT se destina a promover a diversidade das culturas baseadas em identidade sexual e de gênero. Ela pode ser usada para se referir a qualquer um que não é heterossexual ou não é cisgênero, ao invés de exclusivamente se referir às pessoas que são lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros. Para reconhecer essa inclusão, uma variante popular, adiciona a letra Q para aqueles que se identificam como queer ou que questionam a sua identidade sexual; LGBTQ foi registrado em 1996. Aqueles que desejam incluir pessoas intersexuais em grupos LGBT sugerem a sigla prolongada LGBTI. Algumas pessoas combinam as duas siglas e usam LGBTIQ ou LGBTQI. Outros, ainda, adicionam a letra A para os assexuais, aromânticos ou simpatizantes (aliados): LGBTQIA, LGBTQA ou LGBTQA. Aparentemente, há variações que incluem também pansexuais e polisssexuais (adicionalmente pessoas não-binárias), como LGBTQIAP, LGBTQIAPN e LBTPN. Finalmente, um sinal de + é por vezes adicionado ao final para representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas outras sete iniciais: LGBTQIAP+.

A partir da década de 2010, quando a sociedade começa a perceber que a sexualidade implica em um espectro e se abre para novas formas de identidades sexuais, o termo LGBTQ+ passa a ser adotado. Para incluir todos os grupos, são incluídos o “Q” que representa queer e o “+” representando toda a infinidade de identificações, além de aliados e simpatizantes.

1.2.1 Significado

Lésbica: Mulheres que sentem atração romântica ou sexual por outras mulheres.

Gay: Homens que sentem atração romântica ou sexual por homens. O termo também pode ser utilizado para mulheres homossexuais.

Bisexual: Pessoas que sentem atração (afetiva ou sexual) por ambos os sexos.

Transgênero: Pessoas que não se identificam com seu sexo biológico e estão em trânsito entre gêneros.

Transsexual: São pessoas que se identificam com um sexo diferente do seu nascimento. Por exemplo: uma pessoa que nasceu homem, mas se identifica como mulher, é uma mulher transgênero.

2/Two-Spirit (Dois Espíritos): Utilizado por nativos norte-americanos para representar pessoas que acreditam ter nascido com espíritos masculino e feminino dentro delas.

Queer: Pode ser considerado um termo “guarda-chuva”, englobando minorias sexuais e de gênero que não são heterossexuais ou cisgênero.

Questionando: Pessoas que ainda não encontraram seu gênero ou orientação sexual — estão no processo de questionamento, ainda incertos sobre sua identidade.

Intersex: É uma variação de características sexuais que incluem cromossomos ou órgãos genitais que não permitem que a pessoa seja distintamente identificada como masculino ou feminino.

Assexual: É a falta de atração sexual, ou falta de interesse em atividades sexuais — pode ser considerado a “falta” de orientação sexual.

Aliado: São pessoas que se consideram parceiras da comunidade LGBTQ+.

Pansexual: É a atração sexual ou romântica por qualquer sexo ou identidade de gênero.

1.2.2 Breve histórico do movimento LGBTQ+ no Brasil

A criação do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS) em 1978, marca a origem do movimento LGBTQ+ no Brasil. Na ocasião, o movimento social se definia genericamente como MHB, Movimento Homossexual Brasileiro. Em 1987, João Antônio Mascarenhas – um dos precursores do movimento LGBTQ+ brasileiro – foi o primeiro gay a ser convidado a falar no Congresso Nacional, no que pode ser considerada uma das primeiras ações no legislativo em prol dos LGBT no Brasil. Ele foi debater com os constituintes a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição Federal, que estava para ser promulgada. Com 130 votos favoráveis e 317 contrários, a proibição não foi incluída na Constituição de 1988 que, apesar disso, consagrou os princípios da dignidade da pessoa humana, da não-discriminação e da igualdade. Até o presente, nenhuma Lei infraconstitucional voltada para a promoção da cidadania de GLBT foi aprovada no Congresso Nacional. Existem leis contra o preconceito racial e o feminicídio, por exemplo. Isso deixa uma lacuna importante no ordenamento legal brasileiro, que abre espaço para leis discriminatórias, como o Código Penal Militar, que em seu artigo 235 trata como crime o ato sexual entre militares do mesmo sexo, indo na contramão do movimento. A falta desse ordenamento legal ainda restringe dezenas de direitos à comunidade LGBTQ+, como os decorrentes do reconhecimento da união civil, tais como questões previdenciárias e da extensão de benefícios.

Alguns municípios brasileiros incluíram em suas leis orgânicas – após a constituinte de 1988 – a proibição da discriminação por orientação sexual, na tentativa de coibir atos discriminatórios contra LGBTs. Em 1996, o município do Rio de Janeiro sancionou a Lei Municipal que determina punições às práticas discriminatórias. Nos anos seguintes diversas capitais e municípios sancionaram leis municipais semelhantes. Campinas (SP) e Juiz de Fora (MG) foram as primeiras cidades do interior do Brasil a terem uma legislação municipal em prol da comunidade LGBT, seguidas por outras dezenas de cidades. Nos anos seguintes, leis estaduais que punem condutas homofóbicas foram criadas e sancionadas em alguns estados e no Distrito Federal.

1.3 Fundamentação Teórica

O projeto Visualizando dados de homicídios LGBTQ+ no Brasil pertence ao campo de estudo de visualização de dados, área interdisciplinar entre computação gráfica, estatística e comunicação visual. Apresento neste capítulo o material teórico estudado e como ele direciona o trabalho.

VI · SU · A · LI · ZA · ÇÃO DE DA · DOS

substantivo

² A representação de informação através de gráficos, diagramas, imagens, etc.

³ O uso de representações - visuais, interativas e auxiliadas por computador - de dados abstratos para aumentar a compreensão.

Pioneiros em visualização de dados como William Playfair, John Snow, Florence Nightingale e Charles Joseph Minard foram os primeiros explorar o

² Dicionário Google

³ Stuart Card - The Human-Computer Interaction Handbook: Fundamentals, Evolving Technologies, and Emerging Applications, Lawrence Erlbaum Assoc Inc, 200

potencial das visualizações de dados nos séculos XVIII e XIX. Nos últimos 20 anos, representantes como Edward Tufte, Ben Shneiderman, Jeffrey Heer e Alberto Cairo estão entre os responsáveis pelo renascimento da área, ajudando a transição destes princípios para o mundo do Big Data e fazendo surgir um interesse de várias áreas no assunto (como marketing, comunicação e jornalismo).

“Graças a este interesse renovado, uma primeira onda de visualização de dados dominou a internet e alcançou uma audiência maior, fora do ambiente acadêmico onde vivia até então. Infelizmente essa nova ‘moda’ foi lida por muitos como superficial - como um atalho linguístico para compensar a vertigem natural causada pela constituição vertiginosa do Big Data.” (GIORGIA LUPI, *Data Humanism*, 2017 - tradução livre)

Ainda segundo a autora, esta nova demanda produz novos formatos e infográficos que erroneamente tentam suprir a expectativa excessivamente otimista de dominar por completo a indomável complexidade do Big Data.

“Sobram gigabytes de gráficos em pizza 3D e interfaces transparentes baratas cheias de ferramentas e ‘widgets’ que ‘até Tony Stark ou o detetive John Anderton de Minority Report teriam dificuldades de entender’.” (LUPI, 2017 - tradução livre)

De fato o design visual é frequentemente aplicado às visualizações simplesmente como um retoque cosmético, tentando fazer com que assuntos complicados e importantes aparentem ser menos complicados do que são. O que fez com que infográficos mal-construídos usados em marketing ficassem tão populares é a maior contradição: “a falsa premissa que alguns pictogramas e uns números grandes tivessem a inata habilidade de ‘simplificar complexidade” (LUPI, 2017).

Os fenômenos que regem o mundo são por definição complexos, multifacetados e em sua maioria difíceis de compreender. A autora ressalta também

que não há necessidade de tentar simplificá-los estupidamente para tentar entendê-los ou tomar decisões cruciais. Essa mecânica muito técnica e rígida que tenta resolver todo e qualquer problema de compreensão é falha. Há agora, depois do que Lupi chama de “o auge da visualização” ter obtido tanta repercussão e de as pessoas estarem mais familiarizadas com a área, a necessidade de se fazer, atrelado ao design visual, visualizações de dados pessoais e que conectem os números ao que realmente são: “conhecimento, comportamento, pessoas” (Lupi, 2017).

Imagem 1 - Jogo de palavras sobre humanismo de dados, por Giorgia Lupi (<https://www.printmag.com/information-design/data-humanism-future-of-data-visualization/> 2017)

Proposto por Giorgia Lupi em artigo na PrintMag, a humanização dos dados é o próximo passo da área de visualização de dados, explorando e estreitando as condicionalizações mútuas entre o ser humano e os dados.

“Big data não pertence à uma realidade distópica no futuro; é um bem e uma ferramenta icônica intrínseca ao nosso presente - como dinheiro, concreto, automóveis e Helvética. Os meios pelos quais nos relacionamos aos dados estão evoluindo mais

rapidamente que percebemos e nossos corpos e mentes estão naturalmente se adaptando à essa nova realidade híbrida construída tanto de estruturas físicas quanto informacionais. O design visual - com seu poder de instantaneamente alcançar lugares em nosso subconsciente sem a mediação da palavra e sua inata habilidade de transmitir grandes quantidades de informação (estruturadas ou não) para diferentes culturas - será ainda mais central nesta silenciosa mas inevitável revolução.” (LUPI, 2017).

Os dados representam a vida real. São recortes do mundo do mesmo jeito que fotografias isolam um pequeno espaço de tempo. Números são sempre representações de alguma outra coisa, uma outra perspectiva - o que às vezes se perde. “Falhar em representar estas limitações e nuances e simplesmente colocar números em um gráfico pré-setado é como assistir à um filme somente pela análise química da celulose onde as imagens foram gravadas” (LUPI, 2017).

Quanto mais complexos os dados, maior é a necessidade de experimentar com como fazer que a visualização seja única, contextual, íntima e personalizada para tais informações.

“O modo como visualizamos é crucial por ser o meio de traduzir números em conceitos aos quais podemos nos relacionar.” (LUPI, 2017).

Dados são úteis para informar, oferecer mais conhecimento, desenhar uma conversa e propor contexto. Dados conseguem identificar tendências e mudanças. Mas dados puramente não são o suficiente para resolver todos os problemas (só porque sabemos quantos LGBTQ+ foram assassinados no Brasil não significa que acabou a homofobia), o que está de acordo com este projeto, que tem o objetivo de acrescentar informações sobre o tema, ao invés de propor soluções.

As considerações de Giorgia Lupi tiveram um impacto significativo na direção do projeto, fazendo com que várias decisões tomadas na execução da visualização

levassem em consideração a narrativa dos dados, os possíveis receptores e como a informação seria transmitida de um modo mais humano e cadenciado ao invés de uma abordagem seca e direta.

Outra questão característica do projeto é a falta de dados sobre o tema. Como citado no capítulo “Breve histórico do movimento LGBTQ+ no Brasil”, o Brasil não tem dados oficiais sobre homicídios LGBTQ+. Uma artista nigeriano-americana chamada Mimi Onuoha, que em sua página pessoal⁴ afirma trabalhar com “padrões de ausência de informação”, tem um texto publicado online intitulado *Missing Data*, ou “dados que faltam”. Este texto também foi de fundamental importância para o projeto, menos como uma influência direta no resultado final e mais como uma compreensão de quanto e como os dados, ou a sua falta, nos contam sobre nossa sociedade.

“Aquilo que ignoramos revela mais do que o que damos atenção.”(Onuoha, 2018)

A palavra “falta” significa tanto ausência quanto necessidade: algo que não existe mas deveria; o que deveria estar em seu lugar, mas não está; um determinado sistema rompido pela abstenção. O termo “dados faltosos” ou “dados que faltam”, proposto por Mimi Onuoha (2018), foi criado a partir da observação da autora de que há quantidades por vezes desnecessariamente grandes de dados sendo coletados em algumas áreas ao mesmo tempo em que há outras onde não há dado algum.

“Só porque algum tipo de dado não existe não significa que está ‘faltando’.[...] Sem surpresa, essa falta de dados frequentemente está relacionada a problemas afetando os mais vulneráveis”(Onuoha, 2018).

Ainda segundo a autora, ao explorar onde faltam dados, percebemos detalhes que formam a cultura e a coloquialidade do que é importante para

⁴ <http://mimionuoha.com/about>

determinada sociedade. Áreas onde não existem dados revelam nossas tendências sociais e indiferenças. Listo abaixo quatro motivos elencados pela autora que justificam estas lacunas.

1. Aqueles com recursos para coletar de dados não têm incentivo - os que têm acesso aos bancos de dados são os mesmo que têm habilidade para remover, esconder ou distorcê-los

Brutalidade policial à cidadãos exemplificam bem o tópico. Mesmo que policiamento e crime estejam entre as áreas mais *data driven* (movidos por dados - que se baseiam em dados para tomar ações) nas políticas públicas, tradicionalmente há pouca padronização e rigor em dados sobre brutalidade policial.

Hoje em dia temos um clima político e cultural onde este assunto virou interesse do público geral. Campanhas como “*Fatal Encounters*” e “*Guardian’s The Counted*” ajudam a preencher esta lacuna. Mas mesmo para estes indivíduos/organizações, o trabalho é difícil e leva muito tempo. O grupo que deveria monitorar a questão por questões lógicas - os responsáveis pela aplicação das leis, quem originalmente cria este tipo de banco de dados - não tem incentivo à coletar tais dados que na maioria das vezes pode ser incriminatório.

2. Os dados a serem coletados não permitem quantificação simples - nós tendemos a priorizar a coleta de coisas que cabem em nossos moldes de armazenamento

A tensão definitiva da coleta de dados é o esforço de pegar um mundo bagunçado e orgânico e imputá-lo em formatos que sejam leves, limpos e estruturados. Algumas coisas são difíceis de coletar e quantificar por sua própria natureza e estrutura. Por exemplo quantos dólares norte-americanos estão fora das fronteiras do país. Não há qualquer incentivo para que cada país monitore quantos dólares dos EUA estão circulando de seu Estado e a própria natureza e anonimato que o dinheiro trás consigo faz com que seja difícil esta supervisão.

3. O ato de coleta envolve mais trabalho do que o benefício de ser ter dados parece trazer.

Assédio sexual é lamentavelmente não reportado o suficiente. E enquanto há expressivas razões que justificam o porquê, a maior é que em vários dos casos o próprio ato de reportar um assédio é um processo muito intenso, doloroso e difícil. Para alguns, o benefício de reportar não é entendido como benéfico e simplesmente parecem “não valer a pena”.

4. Há vantagens na não-existência

Todos os dados faltosos são uma atestado para o fato. Apenas a presença dos dados já beneficia a alguém, tal qual a falta dele. Isso é importante de manter no pensamento. Às vezes dados faltosos podem funcionar também como uma forma de proteção.

Há um teor social inegável, intrínseco à questão da falta de dados, no tema deste projeto, pois a conquista de direitos que circundam as identidades LGBTQ+ é diretamente ligada à sociedade em que estas pessoas vivem. Para concluir este capítulo, gostaria de acrescentar que os textos de ambas autoras (Mimi Onuoha e Giorgia Lupi) foram de grande relevância não só para guiar a estruturação e abordagem do projeto, mas também para questões mais abstratas pessoais. Os textos influenciaram desde a maneira como eu interpretei e tratei os dados utilizados neste trabalho como minha percepção do que um designer de visualização de dados é ou pode ser.

Concluída a fundamentação teórica, parte mais abstrata do projeto, o próximo capítulo aborda a pesquisa de referências, o primeiro passo concreto em relação à forma do projeto.

1.4 Referências - Análise de Similares

1.4.1 Equaldex

A página do *Equaldex* foi escolhida como referência principalmente devido ao tema: direitos LGBTQ+ ao redor do mundo. O site propõe um mapa com informações gerais sobre os direitos LGBTQ+ conquistados em cada país, uma linha do tempo com os últimos acontecimentos pertinentes ao tema (se algum país concedeu ou revogou algum direito) e gráficos de barra específicos sobre cada direito.

O site também foi escolhido como referência devido à sua forma por conter uma navegação verticalizada simples - feita através da barra de rolagem- e mostrar múltiplas visualizações sobre o mesmo tema, divididas em blocos de detalhamento.

Imagem 2 - Captura de tela do site <http://www.equaldex.com/> (captura realizada em Junho de 2019)

1.4.3 PLASTIC - National Geographic



Imagens 4, 5 e 6 -
Capturas de tela do site
<https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/06/the-journey-of-plastic-around-the-globe> (captura realizada em Junho de 2019)



Referência escolhida pela forma e estrutura em *Parallax*, termo que em astronomia é a diferença na posição aparente de um objeto visto por observadores em locais distintos. O efeito de parallax na computação gráfica costuma ser simulado com a técnica de mover imagens de fundo em uma velocidade mais lenta do que as imagens de primeiro plano, criando no nosso cérebro a ilusão de profundidade em planos 2D.

Nesta página, o efeito é utilizado de modo a dividir a navegação em 5 telas, cada uma com um vídeo ou imagem de fundo fixos e um conteúdo flutuante navegável através do comando de *scroll* - ato de rolar a página para cima ou para baixo, através do botão de rolar do mouse, seta para baixo do teclado ou pela barra lateral.

A imagem de fundo só é trocada quando todo o conteúdo (majoritariamente blocos de texto) são rolados para fora do campo de visão, revelando o próximo bloco de texto. Esta troca reforça a ideia de uma cadência de informações em

blocos e um storytelling em passos. Neste caso os passos - ou blocos de conteúdo - são: introdução, texto sobre Ilha Henderson, visualização sobre descarte impróprio de plástico no mundo inteiro, visualização sobre descarte de plástico diretamente em rios e oceanos, visualização sobre os 3 mil rios que mais poluem os oceanos, texto sobre Rio Pasig nas Filipinas, texto e visualização sobre rio Yangtze na China, texto e visualização sobre fluxos marítimos, texto e vídeo sobre impacto do lixo na vida marinha, créditos e footer.

Apesar de todo o conteúdo ser do mesmo assunto - descarte impróprio de plástico -, cada bloco foca em um assunto mais específico, utilizando desta configuração estética para indicar ao leitor que um tema acaba e outro inicia. Ao falar de rios específicos, por exemplo, há na tela sobre o Pasig um vídeo com imagens do rio no plano de fundo. A técnica utilizada garante aqui que o leitor não confundiria as imagens com o rio Yangtze, pois seu quadro havia se encerrado.

Como os dados coletados ao longo do projeto são de naturezas distintas (número de mortos, causa mortis, direitos, teor de violência, etc), dividir o conteúdo em blocos de assunto contribui no desenvolvimento do site por permitir focos diferentes em cada ambiente (ou tela), facilitando a organização, estrutura e compreensão das informações complexas e variadas.

2. Desenvolvimento

METODOLOGIA

Como este projeto tem como um dos objetivos exercitar minha habilidade técnica em todos os processos de criação de uma visualização, utilizei a metodologia proposta por Benjamin Fry em seu artigo *Computational Information Design*(2005) para identificar e estruturar cada um destes processos. O autor sugere uma construção em sete passos: aquisição, análise, filtragem, mineração, representação, refinamento e interação.



Imagem 7 - Diagrama de metodologia *Computational Information Design* (2005)

Apesar de o autor atribuir estes passos à áreas de conhecimento específicas, ele defende que sua intenção não é propor que visualização de dados é necessariamente um campo interdisciplinar, mas que um único indivíduo deve estar ciente de que cada etapa tem afinidades e relações mais fortes com uma ou outra área.

2.1 Aquisição

A primeira etapa do processo é a coleta dos dados. Por ser o passo inicial, é necessário analisar como uma base de dados funciona (a distinção, por exemplo, entre uma tabela de texto e número) e suas limitações.

No projeto Visualizando dados de homicídios LGBTQ+ no Brasil, empreguei diferentes abordagens para coleta de dados, de forma a conseguir o maior conjunto

de dados possíveis sobre o violência contra a comunidade LGBTQ+. Procurei por dados oficiais do governo brasileiro, dados internacionais, matérias em jornais nacionais através de *textmining* e, finalmente, após não ter obtido nenhum resultado positivo, solicitei acesso aos dados coletados pelo GGB.

2.1.1 Dados oficiais do governo brasileiro

O único dado oficial que temos no Brasil em relação à violência LGBTQ+ é oriundo do Disque 100⁵, um canal de atendimento auto intitulado “pronto socorro dos direitos humanos”. O canal recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos relacionadas a variados temas/grupos, desde a comunidade LGBTQ+ a pessoas com deficiência e migrantes e refugiados. Estes dados são públicos e disponibilizados no site do Disque 100 e dispõem o número de denúncias separados por tema, pela população e ao longo do tempo. Não há informações específicas sobre homicídios LGBTQ+.

Minha percepção ao analisar estes dados, principalmente quando organizados ao longo do tempo, é que a variação em relação ao número de denúncias poderia estar mais ligada ao conhecimento público da existência do canal de atendimento do que propriamente em relação a quantidade de abusos ocorridos, uma vez que nem todos os casos são denunciados. Optei por não usar este relatório no projeto, tanto pela inconsistência dos dados quanto pela ausência de informações específicas sobre homicídios.

2.1.2 Dados internacionais

Em busca de dados internacionais - para fins de contextualização - encontrei a base de dados disponibilizada pela ILGA (*International Lesbian and Gay Association, 2017*)⁶, que dispõe sobre direitos LGBTQ+ e os países onde estes

⁵ MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. DISQUE 100. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.disque100.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁶ ILGA. Sexual orientation laws in the world. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>. Acesso em: 18 jun. 2019.

direitos são concedidos. Contém ainda informações sobre criminalidade e penalidades sobre identidades LGBTQ+ e restrições a ONGs.

2.1.3 Dados em mídias digitais

Como não consegui dados suficientes sobre violência LGBTQ+ no Brasil, tentei utilizar uma técnica chamada *textmining* ou “mineração de texto”. A técnica auxilia na constituição, por meio de dados não estruturados, de padrões, associações, mudanças e anomalias úteis para a produção de conhecimento.

Fiz contato com um profissional da área de Tecnologia da Informação que me proveu um código na linguagem R para fazer um *scrapping* (uma busca automatizada por termos pré definidos). Utilizei este código para pesquisar em publicações do G1 matérias que relacionassem os termos gay, lésbica, LGBTQ+ à outros termos como violência, homicídio, assassinatos, etc. Os resultados também foram insatisfatórios. Consegui algumas URLs de matérias reportando casos de violência, mas não uma base de dados estruturada com nomes, idades, cidades ou causa mortis. O número de URLs também foi pequeno, provavelmente devido à limitações técnicas do código e à minha falta de conhecimento da linguagem utilizada. Como os dados do Disque 100, também optei por não incluir esta coleta no projeto.

2.1.4 Dados do GGB

Como a motivação deste trabalho surgiu com os relatórios internacionais de homicídios LGBTQ+, tentei contato com a organização responsável pela execução deste relatório: o Grupo Gay da Bahia.

A ONG não disponibiliza a base de dados para o público geral, então enviei um email com a proposta inicial do projeto pedindo acesso aos dados e obtive uma resposta positiva.

A planilha que me disponibilizaram continha muitas informações sobre casos de homicídios e foi a mais completa, concluindo minha coleta. Os relatórios cedidos

à mim abrangem informações sobre a cidade, o local, causa mortis, nome, apelido, quantidade de golpes, cor, profissão, identificação sexual, e data.

Encerro minha etapa de aquisição com dados satisfatórios para a realização do projeto, mas com inesperado gasto de tempo e trabalho. Minha intuição era de que dados sobre esse tema fossem de mais fácil acesso, devido à importância do assunto.

2.2 Análise

Esta etapa consiste na divisão de linhas de dados brutos em blocos de conteúdo. Aqui é onde se começa uma conversa com os dados coletados. A grande maioria dos dados está disposta em listas, tabelas, matrizes ou gráficos simples, sendo necessário se fazer uma pré-filtragem, reorganização e formatação dos dados para serem lidos e trabalhados através de um programa.

Depois de uma primeira organização da fonte de dados, é necessário tentar compreender estas porções de conteúdo separadamente e mais profundamente. Como a quantidade de informações presentes nestas bases é muito grande, não é possível obter uma visão geral do que os dados representam. Para responder algumas perguntas simples como “em qual Estado brasileiro mais houve homicídios” ou “qual a causa mortis mais comum”, utilizei a ferramenta gratuita Google Data Studio para criar gráficos simples.

Este exercício de “testar” a fonte de dados serviu como direcionamento e percepção de possíveis escolhas narrativas. Ao testar, por exemplo a tabela de dados do Disque 100, percebi que a variação do número de denúncias não fazia sentido ao longo do tempo - variava aleatoriamente com picos e vales sem razão aparente - o que reforçou a minha opção por não utilizá-la.

2.3 Filtragem

A filtragem lida com a preparação de um ou mais conjuntos de dados a serem utilizados na visualização. Como em uma curadoria, nesta etapa são selecionados os dados que serão utilizados ou descartados, tanto por motivos narrativos quanto por limitações. Na base de dados do GGB de 2016, por exemplo, há um campo com o local onde o homicídio ocorreu (casa, rua, praça pública, etc), já no de 2017, não há este mesmo campo. Esta inconsistência fez com que eu eliminasse esta informação do processo.

2.4 Mineração

A mineração cobre todo o processo de cálculos estatísticos e operações avançadas de “*data mining*”. Com a seleção dos dados já feitas no passo anterior, aqui me dedico a consolidar e refinar os dados, sendo a última etapa em que se trabalha diretamente a fonte de dados.

Uma das visualizações que proponho no projeto, por exemplo, mostra a quantidade de homicídios distribuída pelos Estados brasileiros, com finalidade de saber qual é o mais “perigoso” para a comunidade LGBTQ+. Na etapa de análise este mapa mostrava São Paulo como Estado com maior número de homicídios. O que este mapa não levava em consideração era que São Paulo é o Estado mais populoso do país, o que se relaciona diretamente à quantidade de homicídios. Nesta etapa, então, eu tratei os dados para representar o número relativo à população e não mais o número absoluto. O cálculo foi realizado dividindo-se o total de homicídios pela número total da população de cada estado, o que revelou que o

Maranhão é o estado mais violento do país e não São Paulo, que apresenta o maior número de casos, mas também a maior população.

Imagem 9 - Exemplo de mineração (feitos pelo autor no Data Studio)

2.5 Representação

A etapa das representações visuais é apontada por Ben Fry como a mais relacionada ao Design Gráfico. Nesta parte do processo, trabalham-se os possíveis caminhos para melhor visualizar os dados que já foram selecionados e "tratados". Há vários formatos estabelecidos de visualização, tais como gráficos de barra, de pizza, histogramas, mapas de calor, linha do tempo, etc; cada um com suas especificidades, qualidades e limitações, atendendo a diferentes tipos de dados.

A metodologia de Ben Fry é proposta para uma visualização singular, que dependendo de interação pode se modificar para mostrar mais ou menos dados sobre determinado assunto - um gráfico de barras, por exemplo, pode detalhar o seu conteúdo a partir da interação de um clique em uma das barras. Porém, as etapas realizadas até então resultaram em uma quantidade de informações muito grande e de diferentes tipos (países que banem ONGs, estados mais violentos para a comunidade LGBTQ+ no Brasil e direitos conquistados, etc.). Esta quantidade de informações levou à escolha de não se produzir uma única visualização, mas um conjunto de visualizações, a serem apresentadas em um site.

Como a metodologia seguida até então não contempla a realização de múltiplas visualizações ou a criação de um site, para a etapa de representação foi

utilizada a metodologia proposta por James Garret em *The Elements of User Experience: User-centered Design for the Web*(2002).

OS ELEMENTOS DE EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO E CRIAÇÃO DE SITE

Tanto para organizar as informações em uma narrativa, quanto para o planejamento do site que abriga as visualizações, foi utilizada a metodologia sugerida por James Garret (*The Elements of User Experience: User-centered Design for the Web*, 2002) que propõe a divisão deste processo em cinco planos ou etapas: estratégia, escopo, estrutura, esqueleto e superfície - do primeiro e mais abstrato ao último, mais concreto. O texto sugere, ainda, que não se gaste todo o empenho em cada um dos planos a fim de concluí-lo antes de começar o próximo, de modo a integrar os processos e levar em conta que as decisões tomadas em cada etapa irão interferir nas tomadas de decisão das etapas seguintes ou até mesmo em modificações das anteriores.

2.5.1 Estratégia

Intenções do projeto e do usuário

O site se propõe a prover informações sobre a violência direcionada a comunidade LGBTQ+ no Brasil, para assim gerar discussão, conhecimento e visibilidade acerca do assunto. Os prováveis usuários do site são pessoas interessadas no assunto.

A estratégia é que este conhecimento seja transmitido de forma didática, organizada e sequencialmente, com uma navegação simples e intuitiva e utilizando de uma programação visual amigável e leve.

2.5.2 Escopo

Features e funções

Para uma estratégia de apresentação de informações, o escopo é composto por visualizações interativas dos dados sobre o tema. As informações a serem dispostas no site foram neste passo divididas por assunto: dados de âmbito mundial, dados específicas sobre o Brasil e informações extras.

2.5.3 Estrutura

Organização, categorização e planejamento de navegação

A estrutura é composta por uma única página dividida em quatro temas/telas: introdução, mapa mundo, mapa brasil e informações adicionais. De orientação verticalizada, com navegação pelo “scroll down”, a página é recortada através de um conjunto de informações visuais (como cor de fundo e título) que indicam o fim de um assunto e introdução de outro.

2.5.4 Esqueleto

Localização de tabelas, botões, fotos e blocos de texto

Seguindo a orientação vertical, o esqueleto é composto por visualizações que compõem a tela inteira e de textos centralizados e dispostos em caixas de diálogo que surgem da parte inferior (com o *scroll down*), passam por cima da visualização (para leitura de informações adicionais pertinentes à visualização) e saem pela parte superior da tela, dando espaço para que a visualização de fundo se transforme para o próximo assunto.



Imagem 11 - Movimento da caixa de diálogo sobre a visualização (feito pelo autor)

2.5.5 Superfície

Configuração visual dos elementos

Para a superfície a abordagem foi explorar a bandeira do movimento LGBTQ+ - o arco íris. O site traz todas as cores da bandeira, seja como fundo ou para destacar certas informações e elementos visuais. Este plano (superfície) encerra o uso da metodologia de Garret, resultando em um layout base e uma ideia concreta da estética e identidade visual do projeto.

Imagem 12 - Proposta inicial de superfície (feito pelo autor)

2.5.6 Identidade Visual

A comunicação visual do projeto se baseia nas cores da bandeira do movimento LGBTQ+, trazendo já no primeiro segmento da página uma reinterpretação da própria bandeira como fundo. Como as cores utilizadas são extremamente saturadas e variadas - o que remete a um universo estético infantil, descontraído e feliz - alguns elementos foram adicionados para garantir coesão com o tema: o ruído, os recortes irregulares e o “X”.

Imagem 13 - Cores utilizadas na Identidade Visual (feito pelo autor)

O “X” é utilizado como elemento estético de comunicação por sua forma próxima de uma cruz, que no ocidente é usada para representar a morte. O mesmo elemento é utilizado também no mapa do mundo, assinalando os países que contêm pena de morte.



Imagem 14 - Identidade Visual (feito pelo autor)

Definidas a estrutura (layout) e a identidade (comunicação visual) do projeto, a etapa de representação se encerra com uma primeira proposta de produto final,

permitindo que nos próximos passos - refinamento e interação. Também, nas etapas seguinte, foram trabalhadas a narrativa e a navegação.

2.6 Refinamento

Para esta etapa, Ben Fry ressalta em sua dissertação que “é dever do designer destacar os aspectos mais interessantes ou relevantes dos dados apresentados, refinando a representação através de técnicas visuais do Design.” Durante o processo de refinamento foi feita a escolha narrativa de dividir ainda mais o conteúdo ao longo de mais segmentações. O layout previa na etapa anterior 4 recortes da página e, respeitando a divisão por temas, as visualizações também passam a se dividem para mostrar uma informação de cada vez.

No mapa abaixo (figura 14), por exemplo, estão dispostas visualmente informações sobre países que criminalizam a identidade LGBTQ+, as consequentes penas máximas de prisão, em quais países há pena de morte, quais países banem ONGs e uma visão geral por continente. Este primeiro mapa, responsável no projeto pela contextualização, já continha informações demais reunidas em só objeto.

Para que se pudesse ter uma melhor compreensão de cada informação abordada, este mapa foi dividido em três camadas (ou momentos) de informação: no primeiro momento só se dispõem os países que criminalizam pessoas LGBTQ+, no segundo se detalham as penas e no terceiro se acrescentam os países que banem ONGs. Estes momentos são intercalados por caixas de diálogo com textos pequenos sobre os temas, como demonstrado abaixo (imagem15):

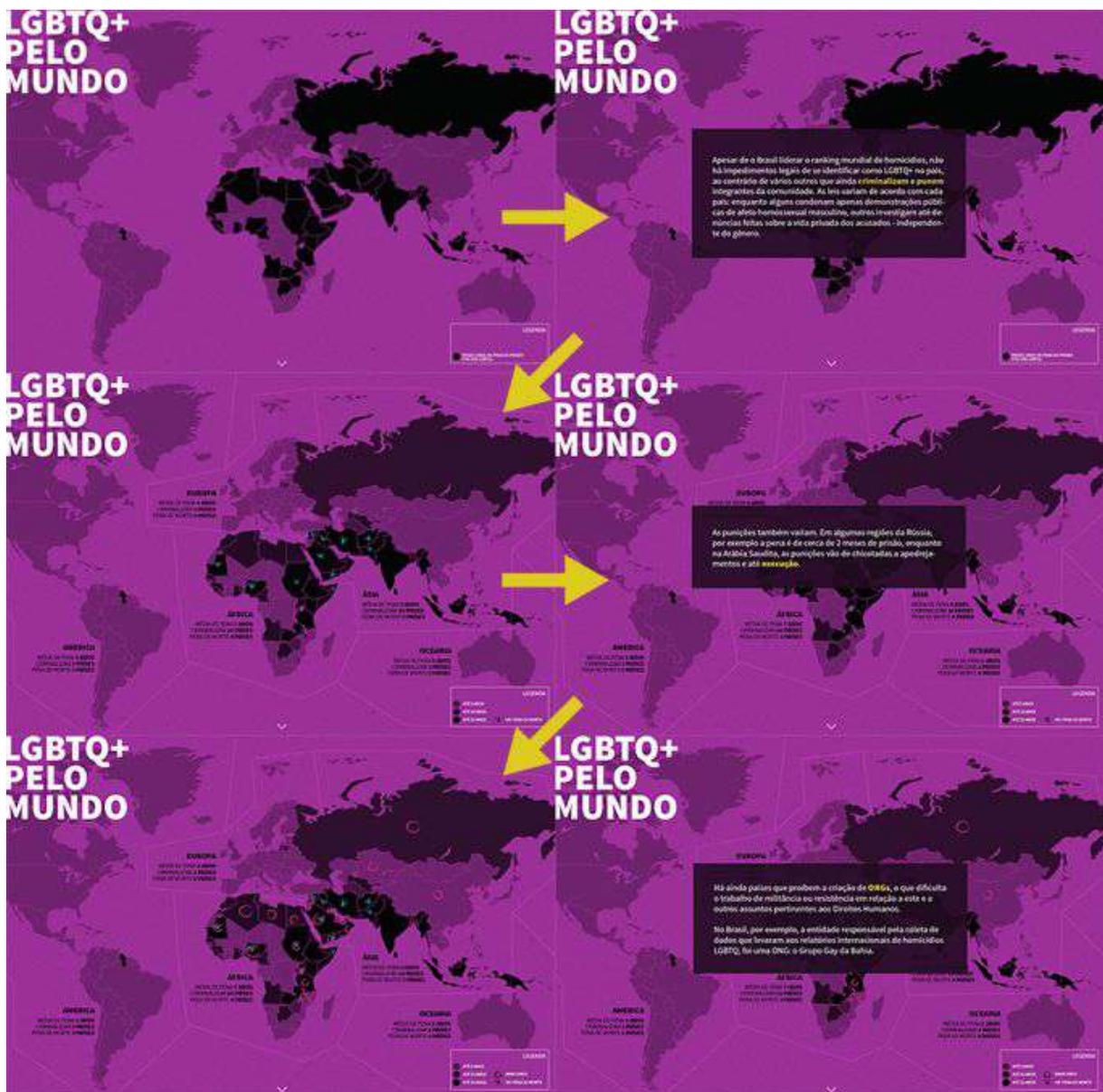


Imagem 15 - Demonstração dos momentos do mapa "LGBTQ+ pelo mundo" (feito pelo autor)

2.7 Interação

A etapa de interação envolve tanto como os próprios dados e informações interagem entre si quanto como os usuários interagem e controlam a visualização.

A navegação do site é extremamente simples, feita basicamente através dos comandos de *scroll down* e *scroll up*. Com um aprofundamento linear no tema, o usuário pode navegar avançando a barra de rolagem para baixo para dar continuidade à narrativa, ou arrastá-la para cima para rever algum conteúdo específico, parando por quanto tempo achar necessário em cada nível de informação.



Imagem 16,17 e 18 - Demonstração de navegação pela barra de rolagem (feito pelo autor) Imagem

3. RESULTADO

Com um resultado satisfatório, o site consegue dispor a variedade de dados adquiridos ao longo da página, de uma maneira fácil de compreender e com uma estética agradável e interessante. Ao contrário da referência abordada no capítulo 1.4.2 “Análise de Similares”, a página apresenta uma quantidade enxuta de texto, apresentando de forma escrita somente o conteúdo complementar às visualizações.

O resultado também apresenta satisfatoriamente a identidade visual proposta, aceitando adaptações específicas para cada momento da página, mas garantindo unidade na comunicação e na relação de cada recorte da página com o todo.

Listo neste capítulo as imagens estáticas por ordem aparição e em seguida *gifs* com detalhes das transições. Anexo a este material, foi entregue à banca um vídeo com simulação de interação, para maior entendimento das transições e interações entre os recortes da página.

VISUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQ+ NO BRASIL

O Brasil ganha há 3 anos consecutivos a liderança entre os países que mais matam LGBTQ+ no mundo, totalizando metade dos homicídios de transgêneros, segundo a TGEU em relatório endossado pela ONU. Num país onde não há criminalidade em se identificar LGBTQ, esta informação assusta e sinaliza o ódio e a desinformação da sociedade perante o assunto. Além destes casos extremos de assassinatos, sete em cada dez dos LGBT do Brasil diz ter sofrido algum tipo de violência, segundo estudo da USP.

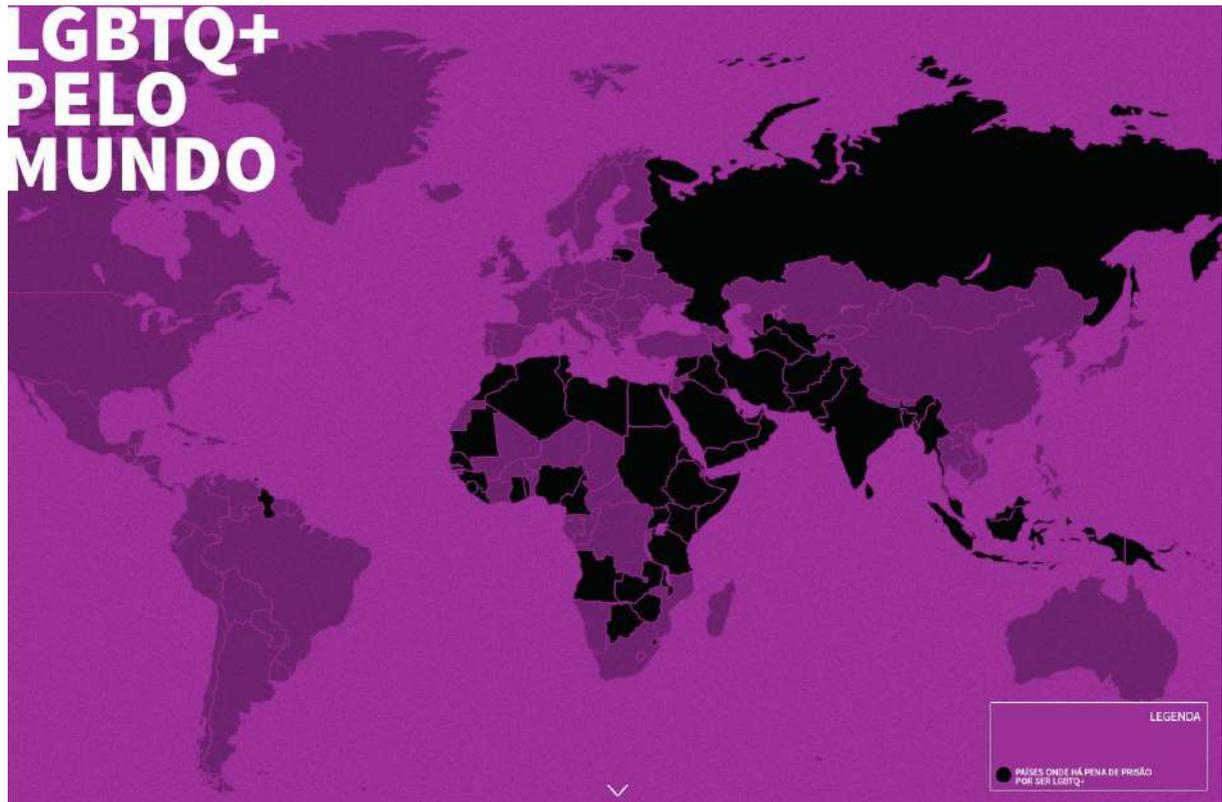
Este projeto propõe visualizações sobre o tema para compreendermos o quão urgente é identificar e tratar o ódio relacionado à comunidade LGBTQ no mundo e mais especificamente no Brasil. Os dados aqui apresentados foram retirados dos relatórios do Grupo Gay da Bahia e do *International Lesbian and Gay Association*.

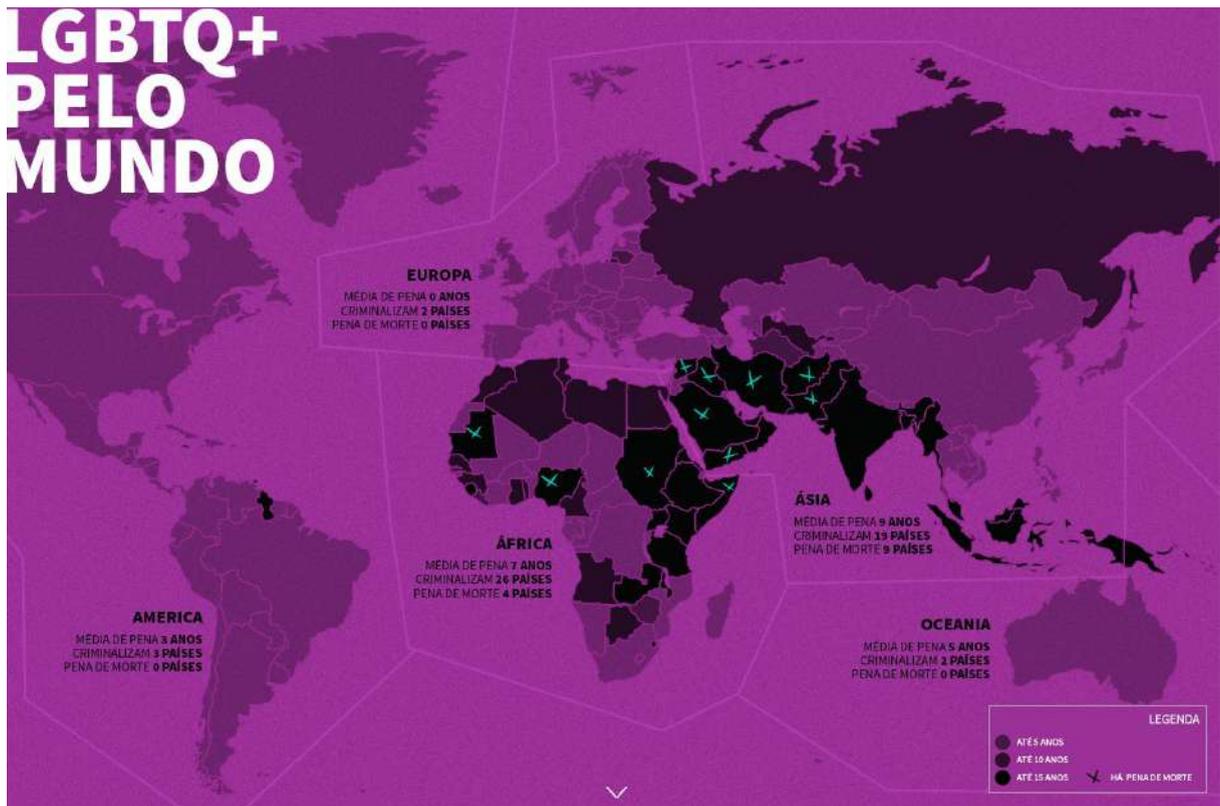
Role para baixo

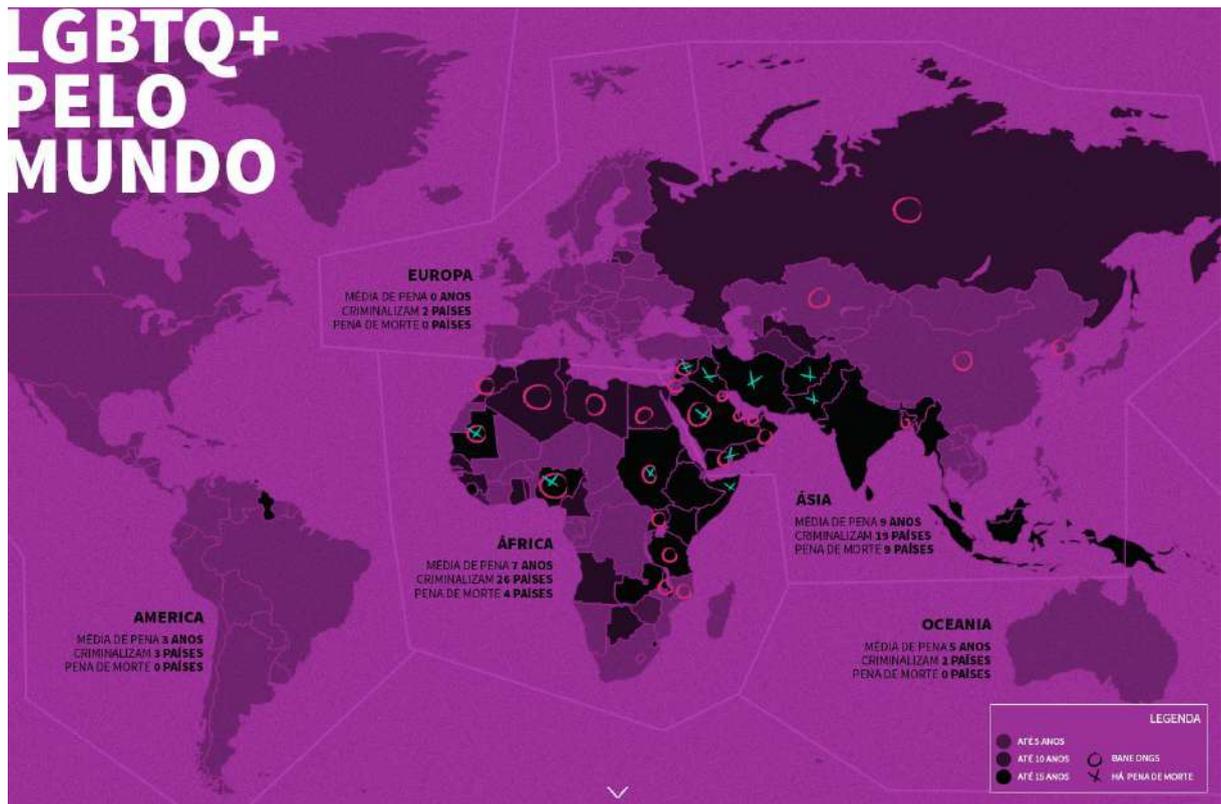
eba ESCOLA DE
BELAS ARTES



LGBTQ+ PELO MUNDO







BRASIL



BRASIL

1830
D. Pedro I assinou o código penal do Império eliminando todas as referên-

1989
Primeira lei proíbe discriminação com base orientação se-

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a discriminalizar a homossexualidade, em 1830. Desde lá, houveram vários direitos conquistados - reconhecimento das uniões homossexuais, conquista de direitos previdenciários, adoção e reconhecimento jurídico da redesignação sexual.

Projeto de lei 1151, relativo à união civil;

atos e Documentos registram uniões homoafetivas.

União de declaração conjunta entendido para os casais homoafetivos.

2011
Aparou as leis entre as leis do sexo à de estável.

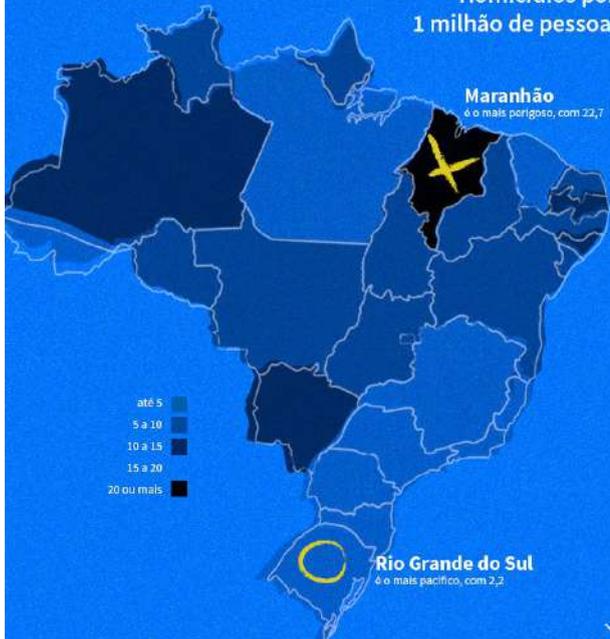
2016
Transexuais e travestis podem usar seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais

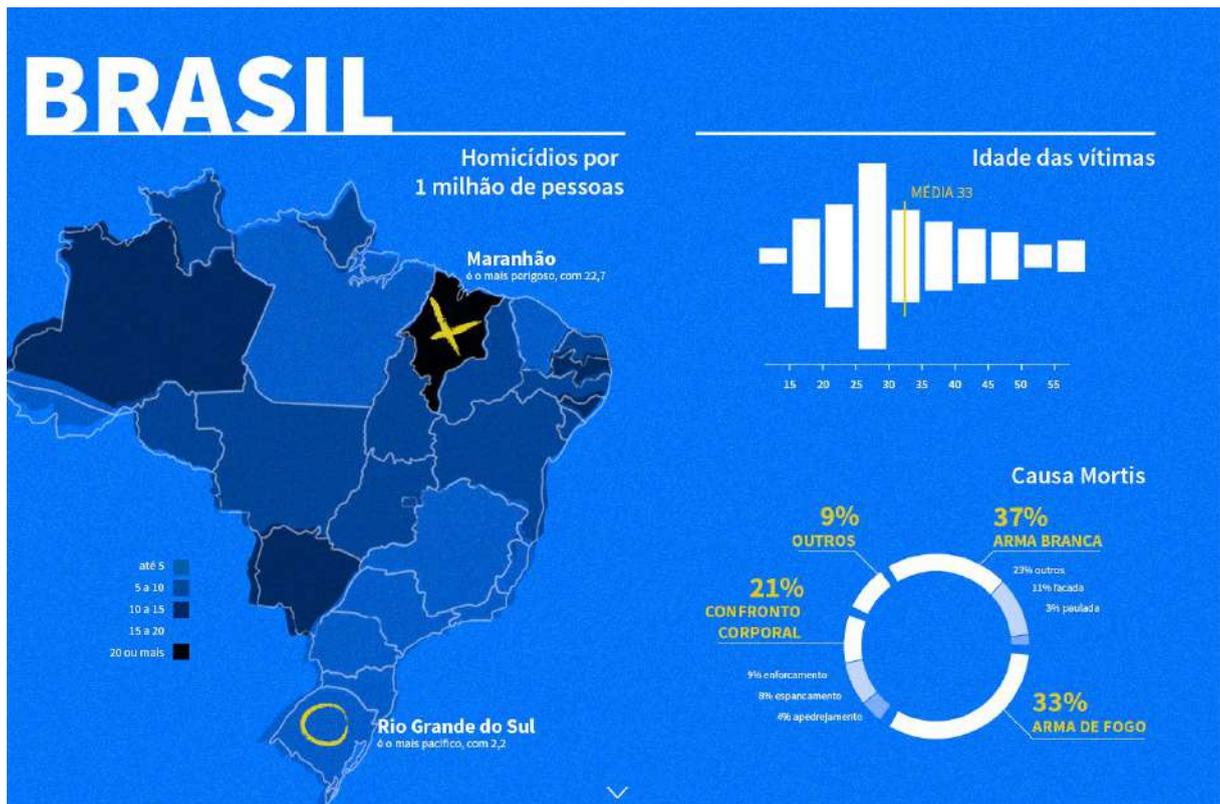
2013
CNJ proibiu que os cartórios recussem a habilitação ao casamento entre pessoas de mesmo sexo.

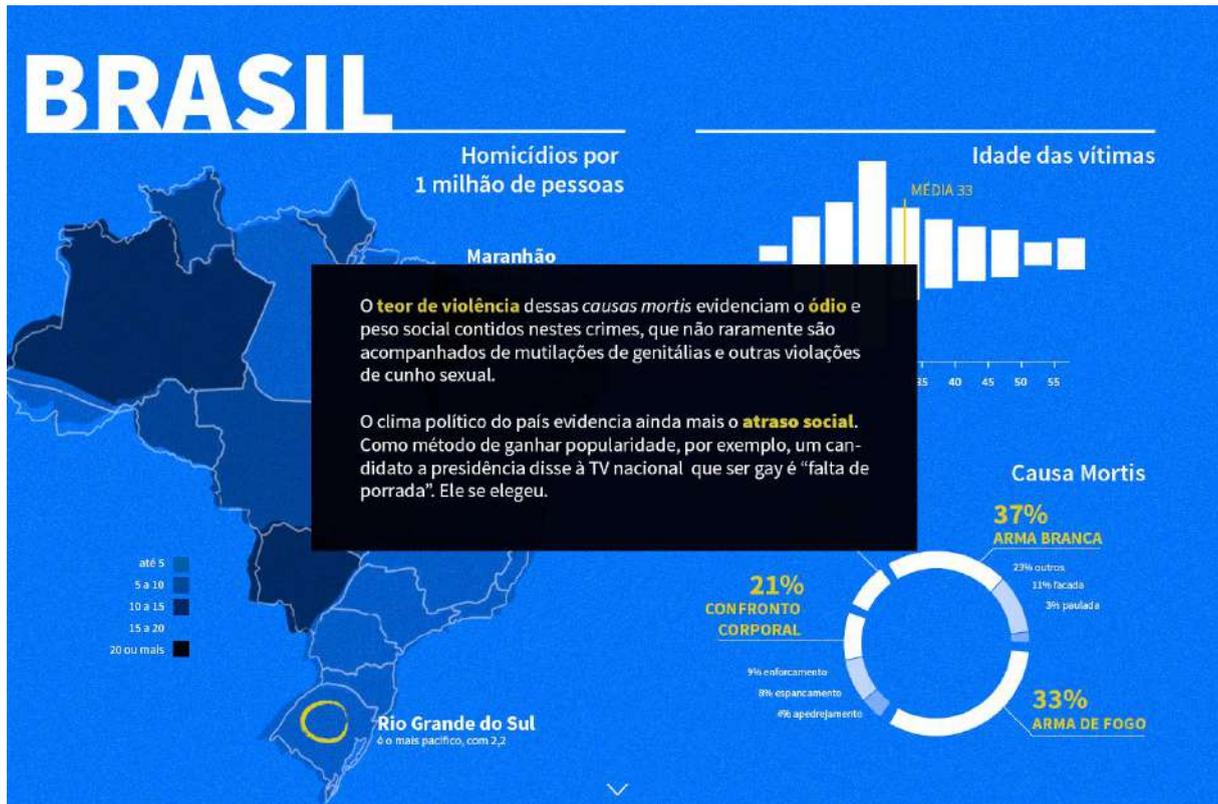
2019
Criminalização da Homofobia aprovada para votação. Votação pendente.

BRASIL

Homicídios por 1 milhão de pessoas







LINKS ÚTEIS

Você foi vítima de homofobia?
Denuncie pelo Disque 100
ou acesse <https://www.disque100.gov.br/>

Precisa conversar?
Sua vida vale muito! Disque 188
ou acesse <https://www.cvv.org.br/>

Grupo Gay da Bahia
<http://www.ggb.org.br/>

Este projeto foi idealizado no Trabalho de Conclusão de Curso de Igor Defáveri, com orientação de Doris Kosminsky para a graduação em Comunicação Visual & Design na UFRJ. Para sua execução foram aplicadas metodologias propostas por Ben Fry, Giorgia Lupi e Mimi Onohua na coleta, análise, filtragem, mineração, representação, refinamento e interação de dados cedidos pelo Grupo Gay da Bahia, além dos publicados pelo ILGA e Disque 100. Você pode ler o trabalho acadêmico completo em: xxxxxx.xxxxxx.xxxxxx/xxxxxxx.

REFERÊNCIAS

Legislação LGBTQ+ no Brasil
http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdf/conferencias/LGBT/Texto_base_1_lgbt.pdf
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-12-1979.htm

Explicação da sigla
<https://ok2brasil.com/responses/kids-teens/what-does-lgbt-mean/>

7 em cada 10 LGBTQs já sofreram violência
<https://ocami.abril.com.br/brasil/acusacoes-de-homossexuais-implicaram-em-5-anos-no-brasil-2/>
<https://dallas.estadao.com.br/noticia/igral-pelo-direito-de-ser-1506046>

Imagens 19 a 33 - Resultado final estático (feito pelo autor)

TRANSIÇÕES

Imagem 34 -
Resultado final em
movimento. Detalhe
de transição entre
telas (feito pelo
autor)

Imagem 35 -
Resultado final em
movimento. Detalhe
de transição na
mesma tela (feito
pelo autor)

Imagem 36 -
Resultado final em
movimento. Detalhe
de transição entre
telas (feito pelo
autor)

4. CONCLUSÕES

O objetivo geral deste trabalho foi aprofundar a discussão sobre a violência sofrida pela comunidade LGBTQ+ no Brasil em 2016, 2017 e 2018 e este objetivo foi alcançado. Não somente consegui reunir dados já existentes sobre o tema em um único lugar, como destacar aspectos que auxiliam na compreensão do problema - como o teor de violência nas causas mortis - e acrescentar informações que complementam o assunto - como a importância das ONGs neste tema.

Realizar este projeto me rendeu ainda um aprendizado muito grande. Outro objetivo do trabalho era exercitar minhas habilidades técnicas em todos os processos de construção de uma visualização de dados e este objetivo foi claramente alcançado. Já havia trabalhado com visualizações antes, mas não na totalidade dos processos, por exemplo já tinha realizado só a etapa de representação em bases de dados já tratadas e estruturadas. Passar por todas as etapas me fez repensar o trabalho de visualização como um todo e me rendeu uma visão mais geral sobre o assunto.

A dificuldade de encontrar dados na etapa de aquisição, o texto sobre a humanização dos dados de Giorgia Lupi citado na fundamentação teórica e as conversas durante os encontros com a orientadora Doris Kosminsky desmistificaram completamente a noção que eu tinha sobre “dados ideais”. Antes de começar o projeto, eu tinha uma ideia de que acharia facilmente relatórios organizados e estruturados com todas as informações que eu queria - principalmente pela crescente repercussão midiática do assunto - e meu trabalho inicial seria escolher as direções narrativas, mas com certeza eu me enganei e relação à isto.

Como planejamentos futuros, pretendo executar o projeto e colocar o site “no ar”. A administração do GGB me pediu, quando me cederam acesso aos seus relatórios, que eu os mandasse uma cópia do trabalho finalizado, o

que abre uma conversa para, caso haja interesse, disponibilizar este conteúdo no site da ONG. Realizar este trabalho também me despertou interesses em pesquisar, num âmbito acadêmico, mais a fundo a potência das relações entre visualização e ativismo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EQUALDEX. The Collaborative LGBT Rights Knowledge Base. 2019. Disponível em: <https://www.equaldex.com/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FGV DAPP. Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito. Brasil, 17 maio 2019. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-28-anos-de-combate-ao-preconceito/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FRY, Benjamin. Process. *In*: FRY, Benjamin. COMPUTATIONAL INFORMATION DESIGN. 2004. Dissertação (PhD em Design de Comunicação) - Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 2004. Disponível em: <https://benfry.com/phd/dissertation/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GARRETT, James. The Elements of User Experience: User-centered Design for the Web. [S. l.]: New Riders, 21/10/2002.

GRUPO GAY DA BAHIA. Homofobia mata. Brasil. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ILGA. Sexual orientation laws in the world. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>. Acesso em: 18 jun. 2019.

LUPI, Giorgia. Data Humanism: The Revolutionary Future of Data Visualization. PrintMAG, [S. l.], 30 jan. 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. DISQUE 100. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.disque100.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OK2BME. WHAT DOES LGBTQ+ MEAN?. EUA, 2019. Disponível em: <https://ok2bme.ca/resources/kids-teens/what-does-lgbtq-mean/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Onuoha, Mimi. Missing Data Sets. [S. l.], 25 jan. 2018. Disponível em: <https://github.com/MimiOnuoha/missing-datasets>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2019, Brasil.

DOCUMENTOS OFICIAIS CITADOS NO PROJETO

BRASIL. Decreto-Lei 1001 de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. D.O.U. de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. D.O.U. 16 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Federal 8.213 de 24 de julho de 1991, Dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social e dá outras providências. D.O.U. 14 de agosto de 1991.

BRASIL. Lei Federal 8.242 de 12 de outubro de 1991, Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências. D.O.U. 16 de outubro de 1991.

BRASIL. Lei Federal 8.842 de 04 de janeiro de 1994, Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. D.O.U. de 05 de janeiro de 1994.

BRASIL. Lei Federal 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria 604 de 01 de junho de 2000. Institui no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho, os Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação.

BRASIL. Decreto No 3.952, de 04 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. D.O.U.

BRASIL. Decreto 4.229 de 13 de maio de 2002, Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto 1.904 de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. D.O.U. 14 de maio de 2002.

BRASIL Decreto 4.227 de 13 de maio de 2002, Cria o Conselho Nacional do Idoso – CNDI e dá outras providências. D.O.U. de 14 de maio de 2002.

BRASIL. Lei Federal 10.741 de 01 de outubro de 2003, Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. D.O.U. de 03 de outubro de 2003.

BRASIL. Decreto 4.886 de 20 de novembro de 2003, Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, e dá outras providências. D.O.U. 21 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto 5.174 de 09 de agosto de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências. D.O.U. de 10 de agosto de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.227/GM, que dispõe sobre a constituição do Comitê Técnico Saúde da População GLTB, D.O.U. de 14 de outubro de 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. Portaria 008/2005-PFDC/MPF, de 18 de outubro de 2005.

Institui o Grupo de Trabalho denominado “Direitos Sexuais e Reprodutivos” para o fim de debater e propor as metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos 61 Direitos do Cidadão em todo o País, acerca da discriminação de gênero e orientação sexual, tráfico interno e externo de pessoas para fins de exploração sexual, entre outras questões.

Boletim de Serviço do Ministério Público Federal – Ano XIX – nº 20.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 4.032 de 24 de novembro de 2005. Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do “ Brasil sem Homofobia” no Ministério da Educação. D.O.U. 25 de novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo – Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 675/GM, que aprova a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, D.O.U. 31/03/2006.

BRASIL. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. D.O.U. de 15 de dezembro de 2006.

BRASIL. Lei Federal 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da penha. D.O.U. 08 de agosto de 2006.

BRASIL. Decreto 6.019 de 22 de janeiro de 2007. Institui o Forum Nacional da Previdência Social e dá outras providências. D.O.U. de 22 de janeiro de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST. Brasília: 2007.

BRASIL. Decreto de 28 de Novembro de 2007, Convoca a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e dá outras providências. D.O.U. 29 de Novembro de 2008.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.